

2

CULTURAS MILITARES NA ARGENTINA DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XXI¹

*Germán Soprano*²

Introdução

A relativa autonomia dos militares, enquanto grupo social no interior dos Estados e das sociedades contemporâneas, foi definida pelas Ciências Sociais recorrendo a diferentes abordagens, metodologias e categorias analíticas. A existência de identidades, organizações e sociabilidades particulares não constitui uma característica exclusiva dos militares como grupo. No entanto, os membros das forças armadas foram reconhecidos como atores sociais com lógicas e práticas socioculturais marcadamente singulares e diferenciadas de outros grupos que integram as sociedades das quais fazem parte e têm a missão de defender.³

Seguindo a proposta do livro, neste capítulo propõe-se analisar características relevantes das culturas militares na Argentina desde o século XIX até o início do XXI,⁴ explorando a utilidade hermenêutica do conceito

-
1. Traduzido do espanhol para o português por Bruce Roberto Scheidl Campos, graduando em Relações Internacionais na FCHS-Unesp, bolsista Pibit-CNPq e membro do Gedes.
 2. Doutor em Antropologia Social e professor de História. Pesquisador do Conicet. Professor na Universidad Nacional de Quilmes e na Universidad Nacional de La Plata. *e-mail*: gsoprano69@gmail.com.
 3. Nos países ocidentais destacam-se, entre outros, os estudos sobre relações civis-militares e relações entre forças armadas e sociedade do Inter-University Seminar on Armed Forces and Society e os do European Research Groups on Military and Society.
 4. Reafirmo o emprego da expressão “culturas militares” no plural a fim de destacar sua diversidade e historicidade.

de quase etnicidade, isto é, compreendendo os militares como quase grupos étnicos ou étnico-nacionais. Focaremos em particular o Exército (força de terra) por ser a de maior magnitude, espalhada por todo o território e de incidência mais forte na política nacional ao longo de sua história. Para adotar esse conceito, faz-se necessário definir ao menos duas questões: uma de caráter teórico-metodológico e outra substantiva.

Primeira questão: compartilhamos com Daniel Zirker sua crítica às concepções primordialistas e instrumentalistas da etnicidade. Portanto, assumimos também a necessidade de realizar o estudo das identidades étnico-nacionais levando em conta, simultaneamente, suas dimensões culturais e as lutas políticas travadas por atores sociais específicos em torno da produção de sentidos socialmente legítimos da nação e do nacionalismo. Por conseguinte, optamos por utilizar uma noção e usos construtivistas da etnicidade dos grupos étnicos ou étnico-nacionais.⁵

Segunda questão: entendemos que desde o final do século XIX o processo de construção do Estado-nação na Argentina foi relativamente bem-sucedido, pois as elites dirigentes conseguiram produzir e atualizar suas pretensões de conformar uma identidade nacional que compreendeu praticamente a totalidade de sua população. Portanto, nem naquele extenso período, nem na atualidade, se constituíram ou manifestaram grupos sociais significativos, residentes no país, que conseguissem consagrar identidades étnico-nacionais alternativas.

Essa última afirmação deve ser compreendida considerando que, por um lado, o *nation building* argentino no século XIX esteve longe de ser um processo livre de violência, pois, por um lado, passou por uma sangrenta etapa de guerras civis e de subjugação das sociedades indígenas das regiões do Pampa, Patagônia e Chaco, e, por outro lado, os sentidos da nação argentina e do nacionalismo foram e/ou são objeto de disputa entre diferentes grupos; em outras palavras, seu conteúdo reconhece sentidos amplamente compartilhados, mas também diferenças. Por último, setores dirigentes ou outros grupos da sociedade perceberam e/ou percebem a emergência de ameaças “externas” ou “internas” operando contra a nação, como aquelas associadas com a presença maciça de população europeia imigrante entre fins do século XIX e início do século XX, como o comunismo ou outras identidades políticas locais tidas por subversivas ou revolucionárias – como o “peronismo” – durante o período da Guerra Fria, ou como os imigrantes de países vizinhos, o crime organizado (em espe-

5. Essa perspectiva construtivista remete às definições de analistas de referência como Frederik Barth, Clifford Geertz, Anthony Smith, Paul Brass, Benedict Anderson, Eric Hobsbawm e Terence Ranger.

cial o narcotráfico) e o terrorismo no contexto da globalização na virada do século XX para o XXI.

Ao longo do capítulo, desenvolveremos nossos argumentos servindo-nos do diálogo com estudos de outros cientistas sociais – historiadores, sociólogos, cientistas políticos e antropólogos – que analisaram os temas militares na Argentina dos séculos XIX, XX e XXI, recorrendo também a investigações históricas e etnográficas próprias que efetuamos sobre as forças armadas para o período compreendido entre o ano de 1983 e o presente.⁶

Finalmente, é importante observar os períodos correntes e relativamente recentes de autoritarismo na história da Argentina. O período de 1976-1983, em particular, colocou os militares contra a sociedade e as condições possíveis para a criação do que Zirker chamou de promoção da identidade militar quase étnica. Ao identificar inimigos nacionais no âmbito da cidadania, as forças armadas argentinas fixaram-se étnica e ideologicamente à parte, e esse padrão tornou-se central para sua identidade e, portanto, para a identidade de seus soldados.

Lideranças e organizações militares no Rio da Prata: da revolução e guerra de independência à organização nacional

Os militares participaram ativamente no processo de construção e consolidação do Estado nacional argentino na segunda metade do século XIX. Ao mesmo tempo, nesse processo, o Exército e seus membros foram se definindo como um instrumento estatal modernizado e profissionalizado de defesa externa contra ameaças de outros Estados e como garantidores da ordem política e social interna do país.

Para iniciar a análise de um processo histórico, é preciso determinar – de forma um tanto arbitrária, mas invocando argumentos analíticos ou substantivos sustentáveis – um período que sirva como ponto de partida.

6. Esse recurso ao diálogo com pesquisas de diferentes disciplinas sociais e correspondentes a distintos períodos da história argentina demandou um importante esforço de articulação e integração de resultados muito heterogêneos em uma interpretação analiticamente coerente, devido ao fato de que os problemas, temas, enfoques e metodologias privilegiados pelos autores citados são típicos de agendas de pesquisa diversas. Agradeço o desafiante convite oferecido por Suzeley Kalil Mathias e suas precisas sugestões para melhorar meu trabalho. Também sou muito grato pelos comentários e leituras – sempre rigorosas – dos meus colegas e amigos Guillermo Lafferriere e Darío Barrera. Nenhum deles tem, com certeza, responsabilidade pelos erros ou omissões que este texto possa conter.

O recorte temporal deste capítulo bem poderia começar em meados do século XIX, pois, por um lado, com a derrota do governador da província de Buenos Aires, o general de brigada Juan Manuel de Rosas, na batalha de Caseros, em 1852, e, por outro, com a promulgação da Constituição Nacional em 1853, a historiografia identificou a gênese do processo de construção de um Estado nacional no vasto território que compreendia, até então, os estados provinciais que surgiram após a crise da ordem colonial no Rio da Prata.

Esses processos ocorridos na segunda metade do século XIX, no entanto, não podem ser compreendidos adequadamente sem uma pequena referência ao período inaugurado com a revolução e guerra de independência na região, em maio de 1810, o qual produziu – como argumenta Alejandro Rabinovich em consonância com trabalhos precursores de Tulio Halperín Donghi⁷ – efeitos profundos e duradouros na sociabilidade de amplos setores sociais, tais como a “vivência pessoal de combate, recurso sistemático à violência, desarticulação progressiva dos meios pacíficos de subsistência ou a concepção extremamente hierárquica do poder e da autoridade” (Rabinovich, 2013a, p.13). Ocorre que a militarização da sociedade riopratense das primeiras décadas do século XIX excedeu demasiadamente, em intensidade e quantidade, a presença das tradições e organizações castrenses coloniais regulares, assim como o peso das obrigações militares históricas existentes desde a conquista e colonização, as quais eram aceitas e/ou impostas sobre os homens mais velhos reconhecidos como *vecinos domiciliados* e integrantes de “milícias” (Fradkin, 2009).⁸

Alejandro Rabinovich (2012) observa que na primeira década revolucionária ocorreram no Rio da Prata os seguintes processos históricos: a) a ascensão social e incorporação dos altos oficiais profissionais às elites sociais, seja pelo prestígio obtido nos campos de batalha, seja pela participação na arena política e/ou por alianças familiares; b) a utilização do Exército regular ou das milícias como modelo de organização hierárquica e disciplinar da sociedade que surgiu da revolução e da guerra – seja como um modelo imaginado pelas elites revolucionárias, seja como um modelo

7. Tulio Halperin Donghi [1968] (1978); [1972] (2002) e [1982] (2005).

8. No decorrer do processo de conquista e colonização dos domínios americanos do Império Espanhol, as obrigações assumidas pelos *vecinos* das “cidades” seguiram um modelo inspirado na metrópole, como mostra Darío Barriera (2013) para o caso de Santa Fé, na região do Rio da Prata. Por sua vez, Raúl Fradkin (2012) observa que a historiografia centrada no estudo do fenômeno da militarização na sociedade riopratense e argentina do século XIX deveria compreender tal processo em uma perspectiva de longo prazo, ou seja, que remonte sua análise pelo menos a fins do século XVII, pois sustenta que os ciclos de mobilização em massa não começaram ali com as “invasões inglesas” de 1806 e 1807 nem após a “Revolução de Maio” de 1810.

de aplicação efetiva; c) o crescimento das unidades militares do Exército regular e das milícias e, por consequência, a ampliação do recrutamento em diversos setores da população destinados como efetivos nas mesmas, compreendendo entre 10,5% e 12,7% dos homens adultos mobilizados de forma permanente em torno de 1818. Se a esse percentual se somarem os milicianos, mobilizados de forma intermitente, a porcentagem alcançaria 37% ou 45%, uma taxa de militarização muito elevada se comparada, por exemplo, à de países da época – como França e Prússia – e, pelo menos, equivalente aos Estados Confederados do Sul durante a Guerra de Secessão norte-americana.

Entre 1810 e 1824, as organizações militares do período da guerra de independência não constituíam corpos do Exército, mas sim exércitos independentes, sendo um exemplo expressivo o Exército Libertador, do general José de San Martín, que, de acordo com a eloquente caracterização de Alejandro Rabinovich (2013b), pode ser concebido como um exército sem Estado, cujo líder se propôs libertar as províncias do Rio da Prata, Chile e Peru, então sob dominação colonial espanhola. Por sua vez, as cidades do ex-Vice-Reino do Rio da Prata, nesse período, destinaram milicianos para a proteção urbana e do *hinterland* que as rodeava, mas também forneceram homens para as campanhas da guerra de independência (Di Meglio, 2003; Mata, 2010). Finalizada esta última, os estados provincianos emergentes organizaram a continuidade das forças milicianas para sua defesa (Gelman & Lanteri, 2010). Cansanello (2003) defende, por exemplo, que, no início da década de 1820, se impôs, no estado da província de Buenos Aires, a necessidade de uma reforma militar que abarcou o Exército regular e as milícias, sancionando-se, em 1823, a Lei Militar e a Lei de Milícias. Essa reforma estava associada, naquela província, à Lei Eleitoral de 1821. Por isso requeria uma atualização periódica dos padrões de *vecinos domiciliados* que seriam convocados para os corpos de milícias.

Em 1852, com a derrota do governador da província de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, na batalha de Caseros pelo chamado Exército Grande, liderado pelo general de brigada Justo José de Urquiza, se reconstituiu a unidade política da Confederação Argentina – cuja gênese remonta a 1835 –, composta pelos estados de Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes, Córdoba, San Luis, Mendoza, San Juan, La Rioja, Catamarca, Santiago del Estero, Tucumán, Salta e Jujuy. O Exército Grande não era, na realidade, um Exército nacional, mas uma força composta por elementos providos pelas diferentes lideranças políticas provinciais ou locais que se uniram sob a liderança política e militar de Urquiza, governador da província de Entre Ríos (Ruiz Moreno, 2009).

Imediatamente, o governo da Confederação Argentina procurou organizar para si, entre 1854 e 1861, um Exército regular; mas as dificuldades

políticas e de financiamento o impediram de contar com outros recursos militares permanentes além dos que Urquiza dispunha como governador de Entre Ríos e aqueles eventualmente enviados por governadores e líderes de outras províncias (Auza, 1971). Por sua vez, em 1854, a província de Buenos Aires se separou da Confederação e, como estado autônomo, buscou fortalecer suas forças regulares e milícias. Para isso, Buenos Aires podia utilizar-se do financiamento decisivo proporcionado pelas receitas alfandegárias do porto da cidade, pelo qual se canalizava o comércio de exportação e importação na região riopratense (Rabinovich, 2013c). Após a batalha de Pavón, em 1861, o estado de Buenos Aires se reintegrou à Confederação Argentina, sendo Bartolomé Mitre, último governador de Buenos Aires, eleito presidente da nação argentina em 1862.

A partir da presidência Mitre, procurou-se formar um Exército nacional composto inicialmente de efetivos portenhos ou provenientes do estado de Buenos Aires. Durante a segunda metade do século XIX, esse Exército nacional foi se constituindo nas lutas travadas contra as lideranças político-militares das províncias do interior do país que defendiam sua “autonomia” e um modelo de organização “federal”, contrariando o centralismo dos governos nacionais (Ruiz Moreno, 2009; Bragoni, 2010; Paz, 2010). Mas também se constituiu no curso da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), que enfrentou a Argentina, Brasil e Uruguai (De Marco, 1995; Doratioto, 2004; Whigham, 2010), e nas campanhas militares contra as sociedades indígenas pela ocupação efetiva das regiões de Pampa, Patagônia (Ratto, 2007; 2010; 2013; Ruiz Moreno, 2009; De Marco, 2010) e o Chaco (Spotta, 2009). Por último, a consolidação desse Exército nacional, como organização regular com alcance em todo o território argentino, tendeu a edificar-se como um instrumento de afirmação do poder central do presidente da nação contra seus rivais políticos e militares (Quinterno, 2014).

Exército regular e milícias na segunda metade do século XIX: entre a participação nas lutas de facções políticas e a construção do Estado-nação

Se destacamos até aqui o processo histórico de alianças e lutas políticas e militares entre os estados ou províncias surgidas da crise da ordem hispano-colonial e da revolução e guerra de independência, é porque atribuímos a tal processo um papel fundamental na interpretação da militarização das sociedades urbanas e rurais riopratenses do século XIX.

Em outras palavras, essas relações dinâmicas de negociação e conflito estabelecidas entre as elites crioulas provinciais ou locais dos estados riopratenses da primeira metade do século XIX e com o emergente Estado nacional argentino na segunda metade do mesmo século, são fatores-chave para compreender as identidades e organizações militares e suas lideranças nessa extensa época. Não obstante isso, como bem demonstrou a historiografia, a interpretação desse processo centrado nas lideranças políticas e militares das elites não pode ser plenamente compreendida sem a análise correspondente da intensa e ampla participação das camadas populares urbanas e rurais no Exército regular e na milícia (Míguez, 2003; Fradkin, 2010).

A esse respeito, Hilda Sabato (2010b) fez notar que a historiografia dividiu as interpretações em torno da participação dos setores populares nas forças militares do Rio da Prata no século XIX em duas vertentes. Por um lado, aquelas que enfatizaram o caráter puramente coercitivo do recrutamento – como o clássico livro de Ricardo Rodríguez Molas [1968] (1982) sobre o “gaúcho”, ou trabalhos de Ricardo Salvatore (1992). Por outro lado, as interpretações que, como Sabato, destacaram a incorporação majoritariamente voluntária dos setores populares como expressão de uma concepção do exercício da cidadania em armas. A essas duas perspectivas caberia acrescentar ainda uma terceira corrente interpretativa – identificável em trabalhos de Gabriel Di Meglio (2006), Raúl Fradkin (2006; 2008), Juan Carlos Garavaglia (2007) ou Sara Mata (2008) –, a qual compreende o recrutamento e mobilização desses setores populares em organizações e campanhas militares de acordo com a aplicação de lógicas e práticas sociais algumas vezes em circunstâncias consensuais e em outras decididamente mais coercitivas, mas que, em qualquer caso, a opção por uma ou outra alternativa só poderia estabelecer-se por parte da historiografia em relação a sujeitos e contextos sócio-históricos determinados.

A participação militar no processo de construção e consolidação do Estado nacional argentino na segunda metade do século XIX requer, todavia, algumas definições analíticas e substantivas adicionais, começando por definir quais sujeitos sociais podem ser considerados integrantes de organizações militares.

Os militares do Exército regular pertenciam a forças de mobilização permanente. Seus oficiais eram militares de carreira, ao passo que seus soldados podiam ser recrutados como: a) voluntários ou convocados; b) incorporados pelo sistema de recrutamento entre a população não “domiciliada” ou desprovida de *papeletas de conchabo*, ou seja, aqueles incapazes de atestar sua relação de dependência com um empregador; c) destinados pelos juízes por ter cometido algum delito. Por sua vez, os membros das milícias eram civis incorporados a corpos de “milícias”,

mobilizados por determinados períodos e de forma intermitente – também denominados desde a década de 1850 como “guardas nacionais”. Na sociedade colonial, o ingresso nas milícias se definia como um dever de todo *vecino domiciliano*.⁹

No século XIX, o pertencimento às milícias se associou aos deveres da *ciudadanía*, um conceito amplo que compreendia elites e camadas populares urbanas e rurais, embora, na prática, depois da “Revolução de Maio” de 1810, o princípio de cidadania “era pouco aplicado e mesclava-se com outras” categorias, como a mais antiga: *vecino* (Sábato, 2010b, p.66). É por isso que, para Cansanello, os sujeitos políticos que emergiram do processo de revolução e guerra de independência após 1810, não possuíam semelhanças estritas com os cidadãos da França revolucionária, nem dos Estados Unidos da América. Pelo contrário, eram sujeitos que se reafirmaram como *vecinos* e, reconhecendo-se nessa condição própria do Antigo Regime, iniciaram seu “trânsito para a acumulação de direitos, que deveria encher de conteúdo a ideia abstrata de cidadão individual” (2003, p.45).¹⁰

Quais eram as diferenças entre Exército regular e milícias em meados do século XIX? Para Sábato (2010a), a Constituição Nacional de 1853 – e leis e decretos subsequentes – instituiu a diferença entre Exército regular ou Exército nacional como organização castrense regular profissional sob o comando direto do presidente da nação, ao passo que as guardas nacionais de milicianos, que encarnavam a figura do cidadão-soldado ou do cidadão em armas, estavam controladas por governadores ou dirigentes das províncias. As milícias ou guardas nacionais não cumpriam somente funções militares, estruturavam também a participação política, eleitoral e armada dos cidadãos através de uma organização local nas cidades e no campo ou áreas rurais.¹¹

9. Para Hilda Sábato, as milícias se organizaram de forma mais sistemática no Rio da Prata a partir de 1801, quando se estabeleceu que “todos os homens adultos com domicílio estabelecido deveriam a elas se integrar”, desempenhando um papel militar relevante durante os eventos ocorridos na cidade de Buenos Aires por causa da ocupação militar inglesa de 1806 e 1807 (Sábato, 2010a, p.127).

10. De acordo com a Lei de Milícias de 1823 da província de Buenos Aires, as milícias se dividiam em ativa – abrangendo os homens de 17 a 45 anos de idade – e passiva – de 45 a 60 anos. O perfil social dos oficiais e da tropa dos corpos de milícias reproduziam a estrutura social da sociedade urbana e rural da época e não ofereciam oportunidades de mobilidade social, uma vez que “agricultores e trabalhadores livres” tendiam a incorporar-se como tropa (soldados, cabos e sargentos), e os “sitiantes, lojistas, administradores e outros” eram incorporados como oficiais (alferes, tenente, capitão, sargento-major, comandante) (Cansanello, 2003, p.43).

11. O artigo 21 da Constituição Nacional estabelecia: “Todo cidadão argentino está obrigado a armar-se na defesa da pátria e da Constituição, conforme as leis para isso ditasas pelo Congresso e pelos decretos do Executivo nacional. Os cidadãos naturalizados são livres, contados a partir da data de obtenção de sua cidadania, para prestar ou não este

Na prática, as funções do Exército regular ou Exército nacional e das milícias ou guardas nacionais se sobrepunham (Sábato, 2010a). Por um lado, os comandantes das unidades do Exército regular envolviam-se nas disputas de facções políticas e nem sempre respondiam ao presidente da nação. Por outro, houve resistência das guardas nacionais para movimentar-se para a Guerra da Tríplice Aliança em algumas províncias e acabaram reprimidas por unidades do Exército regular. Por último, desde 1870, as contribuições de tropas das guardas nacionais na fronteira com sociedades indígenas superaram a participação do Exército regular e de contingentes milicianos das províncias fronteiriças, devendo contribuir com o esforço para a defesa daquelas unidades mesmo províncias que não eram contíguas à fronteira.

Tampouco havia uma diferenciação rígida entre as lideranças e a carreira militar em ambas as organizações. Os comandantes das guardas nacionais eram civis com experiência adquirida em conflitos políticos internos ou guerras civis do país, na Guerra da Tríplice Aliança ou nas campanhas militares contra as sociedades indígenas, ao passo que os comandantes do Exército regular, como informava Sábato, se envolviam ativamente na vida política civil e deviam o sucesso de suas carreiras a uma combinação de desempenho militar e lealdades políticas cultivadas publicamente.

É somente com a criação do Colégio Militar da Nação, em 1869, e da Escola Naval Militar, em 1872, que começa a definir-se um novo perfil de carreira profissional, iniciado na formação acadêmica e militar transmitida nessas instituições de ensino castrenses. Porém, mesmo no século XIX, coexistiam (não sem conflitos), no Exército regular, militares que fizeram sua carreira entre unidades operativas e o campo de batalha e oficiais mais jovens egressos das academias castrenses e sem experiência de combate. Desse modo, na segunda metade do século XIX, os oficiais e as tropas do Exército regular ou das guardas nacionais não se caracterizavam por sustentar acentuadas identidades corporativas. Suas identidades foram atravessadas por diversas lógicas e práticas compartilhadas por e com outros atores sociais da sociedade da época. É em razão de tal configuração sociocultural e histórica que a promoção de identidades étnico-nacionais não prosperava entre os membros do Exército.

serviço”. Essa dupla referência à “defesa da pátria” e à “Constituição” possibilitava o envolvimento dos cidadãos não somente na defesa contra agressões militares externas, como também a armar-se contra ameaças internas que, a seu entender, atentavam contra a ordem republicana. Desse modo, como a participação nas milícias ou guardas nacionais estava associada a uma concepção e exercício da cidadania política, Sábato observa: “Esse direito de armar-se fundamentou várias das revoluções portenhas e constitui um elemento substantivo da política da segunda metade do século XIX. A figura do cidadão em armas não se contrapunha à do cidadão-eleitor” (2002, p.150).

Observemos, por fim, que, para Hilda Sabato (2002), o triunfo das forças militares favoráveis ao Poder Executivo Nacional, em 1880, no conflito com a província de Buenos Aires, deu ao primeiro o monopólio sobre o exercício da violência estatal, impedindo o emprego das guardas nacionais pelas províncias. Não obstante essa afirmação, posteriormente a historiadora estendeu a mais quase duas décadas a sobrevivência das guardas nacionais ao afirmar que “esta convivência [entre Exército regular e guardas nacionais] perdurou, com alguma mudança, até o final do século, quando se instaurou um terceiro modelo (inicialmente esboçado nas leis de 1894 e de 1895, mais tarde confirmado pela lei de 1901), baseado na conscrição obrigatória de recrutamento dos soldados, subordinados ao mando de oficiais ou suboficiais profissionais” (2010a, p.129). Finalmente, Hilda Sabato (2010b) defende que a dissolução das guardas nacionais em 1880 não levou ao enfraquecimento do direito do cidadão de armar-se em defesa da Constituição Nacional e contra governos despóticos; a prova disso seria sua atualização nas revoluções denominadas “cívicas” e “radicais” de 1890, 1893 e 1905. Tal afirmação confirma os resultados alcançados por Hugo Quinterro (2014) em sua pesquisa sobre Exército e política na Argentina na virada do século XIX para o XX. Para esse autor, os governos provinciais mantiveram o poder de constituir milícias e o fizeram valer para assegurar a ordem jurisdicional interna diante do Poder Executivo Nacional pelo menos até 1912.

Modernização e profissionalização do Exército entre o final do século XIX e o início do XX

No período compreendido entre o fim do século XIX e o início do XX, consolidou-se uma concepção e organização moderna do Exército como instrumento do Estado para a defesa externa e para a garantia da ordem interna do país. Nesse contexto, definiram-se as culturas militares conforme certas doutrinas, missões, organizações, desenvolvimento e perfis de carreira de oficiais e suboficiais. Iniciou-se também a introdução progressiva do alistamento militar obrigatório em 1901, que teria grande importância nas relações das forças armadas com a população até sua suspensão em 1994. Por consequência dessas transformações, começaram a afirmar-se as autonomias e diferenças socioculturais dos militares como setor social em comparação a outros grupos no Estado e na sociedade.

O processo de profissionalização já havia conhecido alguns marcos prévios, como a criação do Colégio Militar da Nação, em 1869 – cuja finalidade era a de monopolizar a formação acadêmica e militar dos

oficiais do Exército –, e a Escola Superior de Guerra, em 1900 – para capacitar oficiais de Estado-Maior. Para Fernando García Molina, esse processo de reformas no Exército foi se objetivando em uma série de leis importantes, tais como: nº 4.031 (1901), sobre o serviço militar obrigatório; nº 4.707 (1905), Orgânica Militar, e nº 9.675 (1915), sobre quadros e promoções. Tais leis definiam o “estado militar” como um “conjunto de direitos e obrigações que afetavam os membros da instituição e os princípios que regulavam a carreira” (2010, p.28).¹² No início do século XX, já não era possível ingressar no corpo de oficiais do Exército sem realizar os estudos no Colégio Militar da Nação, fechando-se, portanto, vias de acesso preexistentes, como a incorporação direta a uma unidade, a ascensão a partir do corpo de suboficiais ou a conversão de oficiais da reserva.¹³

A liderança castrense estava interessada em promover essa modernização e profissionalização das forças armadas, procurando assegurar a reprodução da ordem, a disciplina e a coesão interna. De acordo com Fernando García Molina (2010), o presidente Julio Argentino Roca, político e militar de carreira, considerava necessário reformar o Exército a fim de imprimir-lhe um perfil moderno e profissional e apartá-lo das lutas políticas, pois todas as facções oficialistas ou opositoras civis procuravam ganhar a lealdade militar e, por consequência, disseminavam suas disputas e alinhamentos entre os quadros da organização castrense. Essas ações também foram apoiadas pelas elites políticas conservadoras que atuavam no governo nacional, as quais, nos primeiros quinze anos do século XX, estimularam diversas iniciativas reformistas, como a reforma política a favor do voto universal masculino, obrigatório e secreto em 1912. Hugo Quinterno (2014) enfatiza que um claro indicador da estreita relação existente entre essas reformas foi a conformação dos registros eleitorais dos cidadãos com direito a voto a partir dos registros de alistamento militar.

A particular influência exercida pelo modelo militar alemão nas reformas do Exército, especialmente entre 1905 e 1912, quando teria alcançado seu apogeu entre o oficialato, de acordo com Alain Rouquié [1978] (1986) e Fernando García Molina (2010), contribuiu para favorecer as tendências intervencionistas dos militares na política nacional e a dis-

12. Sobre o processo de modernização, profissionalização e influência alemã no início do século XX, ver também Dick (2014). Em relação à reforma do sistema judicial militar, ver Abásolo (2002) e Fazio (2005).

13. Essas reformas castrenses encontraram resistência e críticas entre militares partidários das regras do “velho Exército”, pelas quais se fazia carreira em unidades operativas e em combate, assim como entre aqueles que postulavam modelos de “cidadão-soldado”, alternativos ao estabelecido pelo alistamento obrigatório (García Molina, 2010; Quinterno, 2014).

tanciar os oficiais germanófilos das elites políticas argentinas, tradicionalmente pró-britânicas e pró-francesas. É por isso que o resultado das reformas no médio prazo fora paradoxal: “A intenção de ‘estatizar’ o Exército terminou por produzir o efeito inverso: o Estado é que foi conquistado pelas forças armadas” (García Molina, 2010, p.41), uma situação que foi tragicamente constatada a partir do golpe de Estado de 6 de setembro de 1930.

Não se deve supervalorizar, no entanto, o estímulo modernizador e profissionalizante do Exército nessas décadas, uma vez que a liderança política civil procurou continuar incidindo sobre a politização dos quadros de oficiais das forças armadas nas décadas seguintes.¹⁴ Nesse sentido, o sociólogo Ernesto López (2009) mostra que, entre 1880 e 1930, o “intervencionismo político” do Estado nacional sobre as autoridades provinciais rivais e/ou sobre seus opositores partidários redundou no efeito negativo da politização entre os militares e uma desconsideração de lógicas e práticas profissionais que regularam o curso de suas carreiras, continuando-se a aplicar critérios discricionários em promoções, aposentadorias e reincorporação de oficiais.

Para efeito de comparação com outros países, é preciso lembrar que, desde o final do século XIX, o Exército incorporou alguns filhos de famílias crioulas notáveis, mas principalmente indivíduos das emergentes classes médias urbanas e rurais de famílias de crioulos ou filhos de imigrantes europeus. Considerando a composição do corpo de oficiais nas décadas de 1920 e 1930, Alain Rouquié concluiu que os oficiais argentinos “raramente procedem das famílias fidalgas das velhas províncias coloniais”, pois eram majoritariamente “originários das zonas mais modernas, mais urbanizadas e cosmopolitas” e formavam um grupo social “aberto e não uma casta hereditária reservada às velhas famílias tradicionais de ascendência militar ou consular, particularmente vigorosas nas províncias do centro e do norte” (1986, p.106).

Em sua análise, o politólogo francês destaca como um dado marcante a representação dos filhos de estrangeiros na condução do Exército e o fato de que o acesso à carreira militar não era necessariamente um meio de ascensão social, uma vez que os oficiais tendiam a vir das classes médias. Mais precisamente, e como mostrou Hernán Cornut (2011) em um estudo sobre oficiais superiores do Exército (generais e coronéis) em atividade na década de 1920, 53% eram filhos de imigrantes, dos quais 28% eram filhos de italianos, 22% de espanhóis, 15% de franceses

14. A politização das forças armadas persistiria apesar desse processo de modernização e profissionalização, tal como demonstrou Darío Cantón (1965) ao reconhecer a significativa participação de militares como legisladores no Congresso da Nação durante as primeiras décadas do século XX.

e 16% de uruguaios. Da mesma forma, suboficiais e soldados eram recrutados de setores sociais de diferentes regiões e províncias da Argentina, embora hoje não haja pesquisas empíricas que permitam compreender as origens socioculturais e trajetórias da tropa ao longo do século XX.

Em 1901, foi definido e instituído o sistema de alistamento militar. Destinava-se a contribuir com o processo de modernização do Exército e assegurar a disponibilidade de tropas que o instrumento militar requeria; uma preocupação, então, agravada pela percepção de uma ameaça iminente de conflito bélico com o Chile, motivado pela delimitação das fronteiras austrais de ambos os países. Porém, o serviço militar obrigatório deveria também promover a homogeneização sociocultural de uma sociedade radicalmente transformada a partir da década de 1860 pelo fluxo maciço de imigrantes europeus. Do mesmo modo, a escola pública deveria contribuir com a nacionalização e cidadania da heterogênea população do país (Bertoni, 2001; Scharagrodsky, 2006). Não obstante essas interpretações, para Hugo Quinterno (2014), o principal objetivo almejado pelo alistamento obrigatório era retirar das províncias o recrutamento militar de cidadãos e, por consequência, concentrar essa função no Estado nacional, mais precisamente no presidente da nação.¹⁵

Tal como foi concebido na lei de 1901, o serviço militar obrigatório tinha duração de um ano e compreendia uma fração da totalidade dos cidadãos argentinos de sexo masculino de 20 anos de idade no momento da convocação. Como observa Rouquié (1986), na verdade, nessa porcentagem da população estavam super-representadas as camadas populares, pois, ao menos até a Segunda Guerra Mundial, os estudantes universitários incorporados por sorteio cumpriam somente uma instrução de três meses e aqueles que pudessem provar que eram associados a um clube de tiro e tiveram experiências com armas, podiam ser dispensados.¹⁶

15. Hugo Quinterno (2014) demonstrou que a Lei de Serviço Militar Obrigatório aprovada em 1901, por um lado, possuía antecedentes em décadas anteriores: a lei de recrutamento para a organização do Exército regular de 1872, a proibição de formar batalhões provincianos de 1880, e o alistamento dos cidadãos do sexo masculino de 20 anos de idade de 1895, modificado em 1898 com o alargamento do período de instrução de três para doze meses. Por outro lado, argumenta que a implementação da lei de 1901 não foi o resultado de um processo imediato e de acordo com a letra da lei, pois os executivos provinciais resistiram até depois de sua sanção à retirada do direito de dispor das milícias que, como vimos, fundiam sua história com o passado colonial riopratense.

16. Além da pesquisa de Quinterno (2014) sobre os debates parlamentares e implementação inicial do serviço militar obrigatório e os estudos etnográficos e históricos sobre memória de recrutas na década de 1970 efetuados por Garaño (2013), por Guber (2004) e por Lorenz (2006; 2009) sobre a Guerra das Malvinas, as ciências sociais não produziram a historiografia do sistema de alistamento argentino do século XX. Portanto, não foi explorada uma dimensão central das relações entre as forças armadas e a sociedade argentina.

A autonomia corporativa e política do Exército no Estado e na sociedade nacional: 1930-1945

Entre a década de 1930 e início da década de 1980, manifestaram-se dois fenômenos significativos. Por um lado, com o golpe de Estado de 6 de setembro de 1930 – encabeçado pelo tenente-general José Félix Uriburu, que derrubou o governo constitucional de Hipólito Yrigoyen –, abriu-se um ciclo de intervenções autoritárias das forças armadas na política nacional, que passaram a atuar como um “partido militar”, segundo expressão de Alain Rouquié (1986). Por outro lado, consolidou-se a influência da Igreja Católica na *confesionalización* do Exército e sua adesão a um projeto de “nação católica”. Ambos os fenômenos contribuíram para consolidar a percepção de uma relação privilegiada e única entre a nação e o Exército, na qual este último era representado como uma instituição que “nasceu com a Pátria”, constituindo-se na “reserva moral da Nação”, e na qual os militares se reconheciam como “salvadores da Pátria” (Salvi, 2013).¹⁷

Tais mudanças se aprofundaram pelo reconhecimento da conflituosidade externa e interna que se desenrolou no cenário da Guerra Fria. Não é por acaso, no entanto, que foi nesse período que se aumentou a autonomia corporativa e política dos militares como grupo quase étnico ou étnico-nacional que almeja erigir-se em representante paradigmático da nação. Como veremos, nesse longo período, a exceção ocorreu durante os governos peronistas entre 1946 e 1955, quando as forças armadas ficaram englobadas no projeto da “nação peronista” e majoritariamente subordinadas ao poder político.

Quais identidades político-ideológicas, entretanto, predominavam entre os oficiais do Exército na primeira metade do século XX? O sociólogo Ernesto López (2009) reconhece pelo menos cinco. Os militares denominados “liberais”, que sustentavam ideias conservadoras, alinhados com os dirigentes do oficialista Partido Autonomista Nacional antes de 1916, com

17. Salvi (2013) argumenta que essas percepções castrenses continuam se reproduzindo nas forças armadas no início do século XXI. Pessoalmente, considero que, efetivamente, é possível identificar tais concepções entre militares argentinos na atualidade. No entanto, não compreendem a totalidade dos oficiais e suboficiais, e inclusive elas se manifestam em determinadas situações sociais e perante interlocutores específicos. Por sua vez, Máximo Badaró (2006) observa que, em torno do final do século XX e início do século XXI, convivem aquelas imagens tradicionais que, desde a década de 1930, ligavam o Exército a uma moralidade patriótica e cristã, a outras representações novas que procuraram afrontar o desprestígio social e perda de poder castrense operada desde 1983. Da nossa parte, como apontaremos mais adiante, entendemos que no século XXI predominam algumas representações mais seculares, tais como “cidadãos”, “funcionários públicos”, “profissionais da defesa”, e até mesmo “trabalhadores”, coexistindo com noções socialmente desvalorizadas sobre a organização, funções e identidade das forças armadas em diferentes setores da liderança política e da sociedade nacional.

o radicalismo alvearista na década de 1920 ou com a coalizão conservadora no poder na década de 1930. Os “radicais”, politicamente alinhados com a vertente yrigoyenista da direção da União Cívica Radical. Os “nacionalistas”, que expressavam um heterogêneo agrupamento (minoritário até a década de 1930) com diversas orientações católicas: fundamentalista, fascista e pragmática. Os “profissionalistas”, que constituíam a maior parte do oficialato, que se declaravam não ligados a partidos políticos, não se relacionavam com seus dirigentes e/ou eram politicamente desvinculados, mas envolviam-se em conspirações e golpes de Estado, participando por iniciativa própria ou obedecendo ordens de superiores. Por fim, a partir de 1946, foi-se definindo a identidade dos militares “peronistas”.

A presença das três primeiras e da última identidade entre os integrantes do Exército era um fenômeno que expressava bem o fluido intercâmbio de ideias e de relações existente entre as esferas militares e civis. Ademais, mostrava que a inserção e participação militar nos debates e conflitos políticos da época se produzia por meio de alinhamentos que de modo algum se definiam exclusivamente por sua especificidade profissional, ou autonomia corporativa, ou pela invocação de uma identidade e organismo unicamente castrense. Nesse sentido, vale a pena recordar Luciano De Privitellio (2010) quando afirma que, na década de 1930, é possível reconhecer a coexistência de uma tendência à burocratização da organização do Exército e uma profissionalização de seus quadros, junto da persistência de sólidos vínculos com a sociedade que incentivavam as dinâmicas políticas de facções na instituição. É preciso, portanto, não supervalorizar a eficácia social da autonomia militar nesse período como um fenômeno diferente e exclusivo relativamente a outros grupos do Estado e da sociedade argentina.

Vimos como Rouquié (1986) fundamentou sua explicação de por que o processo de modernização e profissionalização do Exército no início do século XX levou à afirmação de sua autonomia corporativa e política no Estado e na sociedade argentina. Por sua vez, fazendo uma pesquisa sobre a influência ideológica, política e institucional da Igreja Católica na configuração do autoritarismo na Argentina do século XX, Loris Zanatta (1996) destacou a forma como o projeto de uma “nação católica” incidiu de modo *sui generis* na orientação política e na organização institucional do Exército – especialmente a partir do Congresso Eucarístico Internacional de 1934 –, produzindo uma *confesionalización* dessa força.¹⁸ Essa incidência, alimentada conscientemente pela hierarquia eclesiástica, foi

18. Como parte dessas mudanças, se fortaleceu o trabalho pastoral dos capelães militares que integravam o clero castrense estruturado em torno do vigário geral do Exército. Essas mudanças se consolidaram no início da década de 1940 e, em particular, com o golpe de Estado de 6 de junho de 1943.

sui generis porque ocorreu no contexto do que esse autor denomina de crise do Estado liberal e, com esta, a perda de legitimidade social das elites políticas conservadoras, liberais e radicais na condução das agências estatais nacionais em que haviam predominado concepções seculares da política e dos assuntos públicos. Em outras palavras, os militares argentinos eram majoritariamente de orientação católica – embora não se deva negligenciar o anticlericalismo de muitos deles –, como a maioria da população argentina. Porém, até aquele momento, a Igreja Católica não tinha sido uma instituição determinante em sua orientação político-ideológica e o catolicismo era vivido mais como uma experiência pessoal e familiar.

Se a incidência da Igreja Católica no Exército contribuiu para a consolidação da autonomia política e corporativa castrense, isso foi possível porque a organização hierárquica, disciplinada e coesiva das forças armadas era uma ordem social que manteve afinidade ideológica e política com a concepção do Estado e da sociedade sustentada pelo projeto da “nação católica”, cujos atributos sociais mais significativos, de acordo com Zanatta (1996), eram o confessionalismo, o nacionalismo, o hispanismo e o corporativismo. Mas essa autonomia, que alcançaria seu apogeu quando as forças armadas se apropriaram diretamente do controle do governo nacional entre 1955-1958, 1962-1963, 1966-1973 e 1976-1983, ou condicionaram os governos civis, não pode ser compreendida apartada das determinações sociais e culturais da época, pois a influência do catolicismo no Exército excedia em muito a esfera social castrense e se desdobrava em diferentes grupos sociais do Estado e da sociedade argentina.

A importância dessa transformação ocorrida no Exército operada pela Igreja Católica não deve nos levar a desconsiderar outras influências ideológicas que tiveram impacto nessa força e que continuariam nas décadas seguintes. Nesse sentido, Fabián Brown (2010) apontou que, na década de 1930, introduziram-se concepções sobre desenvolvimento industrial e a questão social nas doutrinas militares devido à circulação do pensamento estratégico ocidental que, sob o conceito da “nação em armas”, reivindicava a necessidade de compatibilizar o ideal da autonomia econômica do país com o bem-estar da população a fim de assegurar sua defesa nacional. Nessa observação é possível perceber que a *confesionalización* do Exército naquela época não deve ser ponderada de forma unilateral, pois outras vertentes intelectuais – como o nacionalismo de origem secular ou laica – também deixaram sua marca entre os militares.¹⁹

19. Brown (2010) centra sua análise na formação e desenvolvimento do pensamento estratégico de três influentes militares argentinos: os generais Enrique Mosconi, Manuel Savio e o coronel Juan Domingo Perón. Para interpretações similares sobre essas outras

Exército e doutrina de defesa nacional na experiência do primeiro peronismo: 1946-1955

O golpe de Estado de 4 de junho de 1943 foi um novo marco na afirmação histórica da autonomia política e corporativa das forças armadas. Cabe reafirmar, todavia, que os posicionamentos dentro da liderança castrense e, em particular, os do Exército não eram homogêneos. Como veremos, entre 1943 e 1945, o papel político desempenhado pelo coronel Juan Domingo Perón teve especial relevância, pois conseguiu articular em torno de sua liderança uma coalizão heterogênea de setores sociais e políticos comprometidos com uma transformação política, social e econômica do país e que convergiu para sua candidatura à presidência da nação nas eleições de 26 de fevereiro de 1946.

Ernesto López (2009) enfatizou a insatisfação percebida no início da década de 1940 entre o comando e os quadros de oficiais do Exército, os quais se negavam a continuar operando como força de resguardo coercitivo da “fraude eleitoral” e da “proscrição política” mantida pela coalizão liderada desde 1932 por conservadores, radicais antipersonalistas e socialistas independentes. A essa avaliação crítica da situação política, acrescentavam-se os conflitos no Exército derivados dos posicionamentos desiguais suscitados pelos alinhamentos – tais como pró-Aliados, neutros e pró-Eixo – em relação aos dois grandes blocos de países que se enfrentaram na Segunda Guerra Mundial.

De acordo com López, na véspera do 4 de junho de 1943, estavam em andamento três conspirações militares. Uma encabeçada pelo general Arturo Rawson – “de ideias vagamente nacionalistas provavelmente mescladas com uma orientação liberal” –, com apoio de oficiais de alta patente do Exército e da Armada. O falecimento do general Agustín P. Justo deixou os *liberales* sem sua principal referência castrense. O segundo grupo, minoritário, era integrado por coronéis e oficiais subalternos organizados no grupo militar autodenominado GOU, que reunia nacionalistas e alguns radicais sabattinistas.²⁰ Um terceiro grupo reunia chefes de guarnições de Campo de Mayo entre os que se consideravam *liberales*, *profissionalistas* e um membro do GOU. Esse último grupo teve um papel

vertentes nacionalistas ou desenvolvimentistas no Exército do período entreguerras e imediato pós-Segunda Guerra Mundial, ver: Panaia, Lesser e Skupch (1973), Larra (1992), Angueira e Tirre de Larrañaga (1995), Forte (2003), Hurtado de Mendoza (2009; 2014), Bellini (2014), Rougier (2014) e González Bollo (2014). Sobre essa questão é importante destacar que nas forças armadas argentinas não existiram no século XX importantes grupos de oficiais ligados a identidades políticas socialistas ou comunistas, tal como ocorreu em outros países da região, a exemplo do Brasil.

20. Radicais sabattinistas eram os partidários do líder da União Cívica Radical, Amadeo Sabattini. [N. T.]

relevante na derrubada do presidente Ramón Castillo, uma iniciativa cuja concretização final foi disputada pelos generais Arturo Rawson e Pedro P. Ramírez. López conclui que a liderança dos oficiais do GOU foi menor nos eventos e que Perón foi, então, um ator marginal, pois não possuía tropas sob seu comando, nem participou dos conchabos onde foram tomadas decisões-chave. Em um curtíssimo espaço de tempo, Rawson foi destituído da presidência da nação por Ramírez e este foi, por sua vez, destituído por quem fora seu vice-presidente e ministro da Guerra, o general Edelmiro Farrell. Tal situação de instabilidade institucional estimulou a desordem interna no Exército, lutas entre facções, um estado permanente de disputa e conspiração que comprometia a condução, exercício de comando, obediência e disciplina.

À medida que a conspiração avançava, Perón acumulava adeptos em duas frentes. No Exército, como chefe da Secretaria do Ministério da Guerra, uma posição administrativa que lhe outorgava o controle sobre promoções, transferências e beneficiava também sua inserção no GOU. Além disso, cultivava relações com sindicalistas e empresários no exercício da presidência da Secretaria de Trabalho e Previdência Social. Diferentemente de outros militares, que questionavam o sistema de partidos políticos e se atribuíam o poder de tutela sobre a sociedade, Perón defendia a necessidade de se realizar, logo, eleições livres em que se apresentasse uma opção política renovadora. Tal opção não era vista de forma positiva por outros militares, receosos da participação popular.

No entanto, como afirma Ernesto López (2009), a ascensão de Perón no Exército não deve ser superestimada, o que é demonstrado por sua prisão na ilha Martín García. Em última análise, não foi sua posição no Exército que definiu sua consagração como líder político nacional, mas sim o apoio sindical e a manifestação popular de 17 de outubro de 1945 que levou a sua libertação da prisão, assim como o subsequente triunfo eleitoral como candidato a presidente pelo Partido Laborista nas eleições nacionais de 24 de fevereiro de 1946. Ainda assim, a consolidação dessa nova ordem social, econômica e política não teria sido possível sem a aceitação dos quadros superiores do Exército (López, 2009, p.20).

Qual foi, porém, a relação que Perón construiu com as forças armadas durante o primeiro peronismo? Em outro trabalho, Ernesto López (1988) defende que sua estratégia baseou-se em uma concepção que supunha a desvinculação dos militares da ativa dos assuntos políticos, sua subordinação ao poder civil e o reconhecimento da autonomia corporativa e profissional castrense. Quando Perón assumiu a presidência, não levou a cabo uma política de expulsões nas forças armadas, ainda que contasse com legitimidade política e detivesse o controle institucional sobre o Ministério da Guerra e a Comissão de Acordos do Senado, que concede

as promoções. Pelo contrário, definiu uma política de profissionalização dos militares ancorada nas seguintes diretrizes.

Por um lado, garantiu seu protagonismo na indústria de defesa dando-lhes um papel ativo na Direção Geral de Fabricações Militares e em empresas mistas como a Sociedade Mista Siderúrgica Argentina (Somisa). Por outro lado, concretizou uma reforma militar que previa a motorização e mecanização do Exército, a reorganização das unidades e a capacitação de pessoal e o desenvolvimento da força aérea, criada em 1945. Reduziu também as reservas e estendeu o tempo de permanência nos postos de capitão, major e coronel, a fim de manter o pessoal por mais tempo na ativa, bem como reduziu o tempo mínimo de permanência em cada patente para flexibilizar as promoções. Em 1948, promulgou a Lei nº 13.234 – de “Organização da Nação em Tempos de Guerra” –, considerada a primeira lei de defesa nacional. Já na Convenção Constituinte de 1949, se dispôs a criar o Ministério da Defesa. Por fim, incentivou uma política de bem-estar para o pessoal dos quadros e suas famílias e uma política de pessoal politicamente tolerante e meritocrática (López, 2009, p.105-11).

Essas diretrizes da política de Perón eram solidárias à denominada Doutrina da Defesa Nacional, que concebia as forças armadas como um componente específico da defesa externa do país, integrado no conjunto mais amplo da “nação em armas” (Saín, 2010). Nessa concepção de defesa, por consequência, os militares não eram considerados como a mais pura encarnação dos valores e interesses nacionais – tal como os representava o projeto da “nação católica” –, mas como instrumento do “Povo”, que era o sujeito histórico privilegiado e que mais compreendia o projeto da “nação peronista” (Zanatta, 1996).

As sucessivas tentativas de golpe de Estado encabeçadas desde 1951 por militares e civis – o último dos quais acabou derrubando Perón em setembro de 1955 – modificaram as diretrizes dessa política para as forças armadas; pois, para conter os movimentos insurgentes, o governo nacional empreendeu uma política de promoção de militares leais e de realização de cursos de doutrinação justicialistas²¹ que foram negativamente recebidos, inclusive por oficiais que simpatizavam com o peronismo.

21. Justicialismo é o nome do movimento dado ao peronismo, ou seja, aos seguidores de Perón. No caso específico, as políticas justicialistas eram aquelas que se inspiravam na série de reformas promovidas por Perón durante seu governo. [N. T.]

A autonomia corporativa e política do Exército no Estado e na sociedade nacional: 1955-1983

Desde a década de 1930, as lideranças castrenses atribuíram a si e ao conjunto dos membros das forças armadas uma autoridade política e moral excepcional em relação aos outros cidadãos, o que estimulou comportamentos que tenderam a dar autonomia aos militares em relação a diversas âncoras sociais e culturais que os ligavam e/ou inscreviam em identidades e relações compartilhadas com diferentes grupos do Estado e da sociedade argentina. Essas concepções permitem caracterizar a configuração dos militares como grupos quase étnicos ou étnico-sociais, na medida em que se reconheciam como portadores legítimos dos valores e interesses da nação.

Após o golpe de Estado de 16 de setembro de 1955, liderado pelos militares e com ampla participação da direção política opositora a Perón, na chamada “Revolução Libertadora”, o general Pedro Eugenio Aramburu e o almirante Isaac Rojas, então impostos como presidente e vice-presidente de fato da nação, expressavam a consolidação da orientação político-ideológica liberal na condução das forças armadas. Quais consequências essas mudanças provocaram na orientação político-ideológica no Exército e na política de defesa? Seguindo Ernesto López (2009), é possível argumentar que, por um lado, abriu-se um profundo processo de “desperonização” do Exército, que envolveu a aposentadoria compulsória de cerca de mil oficiais, de um número não estimado de suboficiais, além da alocação de outros oficiais para postos sem comando sobre tropas ou ainda transferências que redundaram no atraso do desenvolvimento de suas carreiras.

Enquanto isso, lançou-se uma política de reincorporação de oficiais que tinham sido aposentados ou destituídos desde 1951. Por outro lado, essas transformações tiveram efeitos doutrinários: se em 1955 a maior parte dos oficiais havia se formado sob os auspícios da doutrina de defesa nacional, desde então começou-se a assimilação da doutrina de segurança nacional.²² Assim, desde 1956, modificaram-se radicalmente a orientação e a organização profissional do Exército, seu perfil político-ideológico, as definições sobre o cenário internacional, o modelo de nação, a hipótese de conflito, a identificação dos inimigos e a lógica da guerra.

22. A denominada “escola francesa da guerra revolucionária” foi introduzida no Exército argentino desde 1956, e só posteriormente se desenvolveu, a partir da década de 1960, a doutrina norte-americana “contrainsurgente”. Sobre essas influências intelectuais no desenvolvimento da doutrina de segurança nacional na Argentina, ver: López (1987; 2009; 2010), Amaral (1998), Mazzei (2002; 2012), Ranalletti (2009), Périés (2009), Franco (2012) e Pontoriero (2012).

Como era esse novo Exército? Em seu estudo sobre as décadas de 1960 e 1970, Daniel Mazzei (2012) analisa a conformação das promoções e a educação dos oficiais do Colégio Militar da Nação e da Escola Superior de Guerra, a estruturação das armas (infantaria, cavalaria, artilharia, engenheiros e comunicações), as relações de hierarquia, disciplina e comando, bem como nas instâncias de promoção a patentes superiores, pois considera que essas dimensões constituem variáveis socioprofissionais essenciais para a compreensão das mudanças e continuidades operadas no Exército nesse período. Argumenta que, entre setembro de 1962 e maio de 1973, ou seja, desde o enfrentamento militar entre as facções *azules* e *colorados* até a presidência do líder peronista Héctor Cámpora, o Exército foi comandado por oficiais superiores da cavalaria que haviam integrado predominantemente o grupo dos *azules*.

Entre 1962 e 1973, os líderes militares tentaram encerrar um período de politização e indisciplina que não pôde ser controlado pelas sucessivas lideranças do Exército. Consideravam que o permanente estado de disputa e insubordinação de oficiais chefes e subalternos, assim como os constantes confrontos entre facções e pessoas no interior da oficialidade superior, ameaçavam desintegrar a organização. Desse modo, por exemplo, os oficiais que intervieram abertamente na derrubada de Perón consideravam-se portadores de uma autoridade moral e legitimidade que não fazia parte do princípio natural de hierarquia, obediência e disciplina em que se sustenta uma organização castrense. Acreditavam, por isso, ter o direito de contestar a condução de seus superiores quando estes não compartilhavam de suas concepções acerca do Exército ou da política argentina. Do mesmo modo, as invocações dos militares ao *profesionalismo* não eram, portanto, alheias ao recurso à luta política, nem à dinâmica das facções em conflito. Assim, os *azules* se consideravam “legalistas”, mas não hesitavam em amotinar-se contra o presidente da nação e as autoridades militares em nome do restabelecimento da ordem e da disciplina e em favor do que – nessas circunstâncias – definiam como uma necessária despolitização do Exército (Mazzei, 2012).

Quais eram as diferenças entre militares *azules* e *colorados*? Para Mazzei (2012), os *colorados* eram partidários de subtrair toda a autonomia da direção política civil e instaurar um governo militar. Já os *azules* eram favoráveis a uma opção política que contemplava a incorporação do peronismo, banido desde o golpe de Estado de 1955. Ambas as facções militares eram política e ideologicamente heterogêneas, embora os *colorados* exibissem certa maioria de *conservadores*, *ultraliberales* e *radicales del pueblo*.²³ Ademais, se entre os *azules* havia um predomínio de oficiais superiores

23. Os *radicales del pueblo* eram uma influente facção do partido União Cívica Radical, liderada por Ricardo Balbín. [N. T.]

da cavalaria e da artilharia, entre os *colorados* predominava a infantaria. Em síntese, para esse historiador, a política negociadora dos *azules* ante o peronismo e o antiperonismo irredutível dos *colorados* não eram divisões políticas resultantes de posicionamentos programáticos, mas sim expressões do modo como gravitavam na direção castrense diferentes avaliações sobre o estado de coisas do Exército, sua potencial capacidade de intervenção no sistema político e no governo nacional, e as prioridades que impunham como agenda para as forças armadas.

Entre 1966 e 1973, a balança pareceu inclinar-se a favor dos *azules*. No entanto, de acordo com Paula Canelo (2008), a geração de oficiais do Exército que encabeçou o golpe de Estado de 24 de março de 1976 provinha principalmente do setor *colorado*. Eles haviam concluído que a percepção dos *azules* – que entre 1966 e 1973 impuseram como presidentes de fato os generais Juan Carlos Onganía, Roberto Levingston e Alejandro Lanusse – era equivocada, pois o peronismo, longe de constituir-se em uma barreira de contenção à subversão, pelo contrário a havia promovido em torno do ativismo das organizações políticas, sindicais e militares ligadas tanto aos Montoneros como a outras organizações “revolucionárias” da denominada esquerda peronista.

Enfocar as dimensões socioprofissionais e políticas da configuração do Exército nas décadas de 1960 e 1970 implica também analisar as mudanças doutrinárias resultantes da introdução da doutrina de segurança nacional, que tanto contribuiu para instituir as autopercepções dos membros das forças armadas como garantia moral, política e militar contra o que definiam como ameaças subversivas internas e externas. Em um livro precursor, Ernesto López (1987) observou que a introdução da doutrina francesa da “guerra revolucionária” na Escola Superior de Guerra do Exército iniciou-se em 1956, servindo não somente como uma renovação na política de defesa destinada a dar um lugar privilegiado para a atenção a ameaças internas contra a ordem social, mas também como uma política destinada a completar o trabalho da desperonização dos quadros do Exército formados na “doutrina da defesa nacional”.²⁴

O peronismo era percebido como uma ameaça interna em um duplo sentido: porque rebelava setores da sociedade nacional contra a ordem política e social, e porque continuavam a ser percebidos traços do peronismo no comportamento de alguns oficiais e suboficiais do Exército, e isso mais de dez anos depois de o peronismo ser banido e seu líder exilado. Dois fatos provam novamente que a referida autonomia corporativa

24. Ernesto López (2009) salienta num outro trabalho que, no início de 1956, cerca de mil oficiais (em torno de 20% daqueles que estavam em atividade) foram aposentados como parte da política de depuração de pessoal reconhecido ou tido como peronista no Exército.

e política das forças armadas não deve ser ponderada unilateralmente pelas interpretações acadêmicas, nem ser concebida à margem de processos históricos que comprometiam diversos grupos da sociedade argentina com os quais os militares da época se relacionavam e dos quais também faziam parte por vínculos familiares, de amizade, religiosos e/ou políticos.²⁵

Quão importante foi a doutrina da segurança nacional na construção da cultura organizacional e na identidade das forças armadas na década de 1970 foi demonstrado por Paula Canelo (2009; 2010). A luta antissubversiva constituiu um componente ideológico, político ou moral que aglutinou e outorgou legitimidade social aos diferentes grupos que coexistiram de forma conflituosa durante o autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, entre 1976 e 1983. Além do mais, esse consenso estreitou seus vínculos mesmo depois da crise institucional surgida após a derrota na Guerra das Malvinas contra o Reino Unido, a debacle do governo ditatorial e a realização dos julgamentos dos militares responsáveis por crimes contra a humanidade nos primeiros anos da transição democrática. Do mesmo modo, a estreita associação entre Exército e Igreja Católica, entre os valores e interesses da nação e a fé cristã, ofereceram recursos simbólicos para justificar o terrorismo de Estado e permitiram a reprodução da coesão castrense apesar das rivalidades internas e a perda de poder e de prestígio social que acompanhou a crise do “Processo” e a transição para a democracia.²⁶

O terrorismo de Estado implantado institucionalmente pela administração das forças armadas sobre diversos setores políticos, político-militares, lideranças sociais e, mais amplamente, cidadãos suspeitos de serem subversivos ou de estarem vinculados a estes, comprometeu direta ou indiretamente os militares argentinos.²⁷ Diretamente, quando tiveram responsabilidades na cadeia de comando ou nas ações operacionais da repressão ilegal. Indiretamente, porque até mesmo aqueles que não

25. Em um texto autobiográfico, o capitão (R) Luis Tibiletti recordava, acerca de suas experiências como cadete do Colégio Militar da Nação entre 1966 e 1969, como ele e outros camaradas se reconheciam como peronistas e eram doutrinados dessa maneira por jovens oficiais instrutores, ainda que sem o consentimento das autoridades militares.

26. Sobre as relações entre forças armadas e Igreja Católica e o papel do clero castrense na coesão militar durante a ditadura de 1976-1983, ver Obregón (2005) e Cersósimo (2010).

27. O modo como o terrorismo de Estado durante a ditadura de 1976-1983 permeou as organizações castrenses argentinas é um tema que ainda requer estudos sistemáticos e aprofundados nas Ciências Sociais, sendo até o momento predominantes as pesquisas jornalísticas e judiciais que forneceram conhecimentos sobre o assunto. Um estudo pioneiro sobre o projeto e o funcionamento da repressão ilegal durante o terrorismo de Estado durante esses anos é o de Pilar Calveiro (1995). Mais recentemente, Gabriela Águila (2013) fez uma análise sobre a repressão ilegal nesse período na província de Santa Fé.

tinham responsabilidades ou não participaram dessa repressão, a reconheceram como um recurso de exceção necessário, não a questionaram publicamente, ou acabaram defendendo-a como uma forma de preservar a legitimidade da instituição militar e de questionar a ilegitimidade da violência das organizações político-militares revolucionárias a partir da perspectiva da denominada “teoria dos dois demônios” – esta última, uma concepção de ampla aceitação desde a década de 1970 até a atualidade em diversos setores da sociedade argentina, como constataram os estudos sobre as atitudes e o consenso de grupos da sociedade civil em relação à ditadura (Águila, 2008).²⁸

A importância atribuída até aqui à construção e implantação de hipóteses de conflito que tinham como foco de atenção a ordem política e social interna do Estado e da sociedade argentina em torno da doutrina de segurança nacional não deve ocultar a relevância que continuaram a ter na organização e nas identidades militares as hipóteses externas de conflito instaladas desde o fim do século XIX contra as ameaças reconhecidas nos Estados vizinhos do Brasil e, principalmente, Chile. Com este último, a Argentina, em dezembro de 1978, esteve prestes a entrar em guerra, finalmente impedida pela mediação do papa João Paulo II.

Se a iminente conflagração com o Chile tinha sido o resultado das tensões acumuladas entre as forças armadas de ambos os países durante um século de ameaças de conflito fronteiriço, a ocupação das ilhas Malvinas pela Argentina em 2 de abril de 1982 e o início da guerra com a Grã-Bretanha foram fatos para os quais o Exército argentino não havia se preparado ao longo de toda a sua história. Federico Lorenz (2009) argumenta que, na decisão de “recuperar” a soberania argentina sobre as ilhas Malvinas, convergiram determinantes sociais e culturais de longo prazo e determinantes políticos de curto prazo. Por um lado, os cidadãos argentinos consideravam – pelo menos desde a década de 1930 – que a “causa Malvinas” era uma “causa nacional”. Por isso, os consensos em torno da soberania legítima argentina englobavam amplamente civis e militares, dirigentes políticos de esquerda e direita e pessoas de diferentes classes sociais (Guber, 2001). Por outro lado, a decisão política de “recuperar as ilhas” resultava de acordos mantidos pelo tenente-general Leopoldo F. Galtieri – cabeça do governo de fato – e pelo almirante Jorge Anaya – comandante em chefe da Armada – com base em um plano que inicialmente tinha como objetivo produzir um fato diplomático e negociar com os britânicos, mas sem deslocar contingentes militares impor-

28. Sobre atitudes e consenso social para as políticas repressivas do autodenominado “Processo de Reorganização Nacional”, ver o estudo de Gabriela Águila (2008). Por sua vez, Valentina Salvi (2012) pesquisou as memórias militares correspondentes ao período democrático iniciado em 1983 acerca da violência política e do terrorismo de Estado na década de 1970.

tantes e assumindo como premissa que a Grã-Bretanha não iria para a guerra. Contudo, o forte respaldo social e político que o governo argentino recebeu e a constatação de que os britânicos não negociariam e iriam para a batalha, decidiram o destino em favor da guerra (Novaro & Palermo, 2003).²⁹

Federico Lorenz destaca (2009) que, de cada dez combatentes argentinos no Exército, sete eram soldados alistados nas *clases* (turmas)³⁰ de 1962 e 1963 – os desse último ano com pouco treinamento militar, pois tinham sido incorporados ao serviço militar obrigatório no início de 1982.³¹ Como afirma Rosana Guber (2004), os soldados recrutados expressavam a complexidade sociocultural da sociedade argentina da época: procediam de diferentes regiões e províncias; suas famílias pertenciam a camadas sociais diversas e possuíam ascendência crioula, indígena ou com origens nos diferentes países europeus e vizinhos sul-americanos que alimentaram os fluxos migratórios que conformaram a sociedade argentina desde a segunda metade do século XIX; e, por último, em alguns casos eram jovens que – ainda que as atividades políticas estivessem banidas pelo governo ditatorial – reconheciam ter identidades políticas heterogêneas.

Por seu lado, as unidades britânicas eram compostas inteiramente por militares profissionais e estavam tecnologicamente mais bem equipadas.³² Esses dois fatores, no entanto, não foram os únicos que decidiram o conflito a favor da Grã-Bretanha, pois, apesar do bom desempenho militar de alguns oficiais, suboficiais e soldados argentinos, as forças armadas do país não estavam em condições de enfrentar uma guerra convencional contra uma potência mundial de segunda ordem. Mais

29. O plano tinha sido desenvolvido pela Armada argentina ao menos desde a década de 1950 (Lorenz, 2009). Não obstante, após o afundamento do cruzeiro argentino *ARA General Belgrano* em 2 de maio de 1982, a Armada reconheceu a impossibilidade de travar um combate naval com a Royal Task Force enviada ao Atlântico Sul. Desde então, as forças argentinas que enfrentaram os britânicos comprometeram fundamentalmente unidades de infantaria do Exército e da Marinha, artilharia e comandos do Exército, assim como os pilotos da Armada e da Força Aérea. A respeito, ver também a análise completa do historiador britânico Hugh Bichenó [2006] (2009).

30. A *clase* compreendia todos os cidadãos do sexo masculino nascidos no mesmo ano, a partir da qual se delimitava, desde 1901, o universo de jovens que seriam convocados a fazer o serviço militar obrigatório após a realização de um sorteio.

31. Essa porcentagem está estimada sobre um total do efetivo argentino de cerca de dez mil homens. De acordo com informação registrada por Rosana Guber (2004), teriam participado no teatro de operações cerca de 12.400 efetivos das forças armadas argentinas, contra uns 20 mil mobilizados pela Royal Task Force.

32. Note-se que essa desigualdade na disponibilidade de recursos tecnológicos de ambos os países foi aumentada pelo fato de que as unidades de infantaria e artilharia do Exército argentino enviadas às ilhas não estavam com o equipamento pesado, que havia sido deixado no continente.

ainda considerando que, como já apontamos, desde meados do século XX, o pensamento e o modo de agir militares argentinos haviam orientado sua atenção para os conflitos internos, no âmbito da doutrina de segurança nacional e, desde 1930, as lideranças militares foram partícipes ativos da política nacional e intervieram direta ou indiretamente nos assuntos do governo civil do país.³³

Como veremos na próxima seção, a derrota definitiva das forças armadas argentinas na Guerra das Malvinas em 14 de junho de 1982 determinou o início do fim dos governos do “Processo de Reorganização Nacional” e gerou uma crise interna no Exército entre os oficiais e suboficiais combatentes na guerra e os chamados “generais de escritório”, conflito que eclodiria com o movimento dos militares *carapintadas* durante as presidências constitucionais de Raúl Alfonsín e Carlos Menem, entre 1987 e 1990.

Não queria fechar esta seção sem mencionar as presidências do denominado “terceiro peronismo” entre maio de 1973 e março de 1976, período sobre o qual não fiz até aqui referência alguma. Sua inclusão nesta seção pode ser percebida como polêmica porque compreende governos nacionais democraticamente eleitos com a participação legal de Perón e do peronismo após a revogação de um banimento de dezoito anos. Mas, ao mesmo tempo, e seguindo a interpretação de Marina Franco (2012) sobre a violência política na década de 1970 em uma dimensão temporal que vai além do terrorismo de Estado do “Processo”, se justifica o registro desses três anos, basicamente porque as práticas repressivas legais do Estado (e não somente as paraestatais, como as efetuadas pela denominada Triple AAA) em nome da “segurança nacional”, também foram autorizadas pelos governos peronistas de Raúl Lastiri, Juan Domingo Perón e Isabel Perón.³⁴

Porque a legitimidade social da “luta antissubversiva” não foi somente um fator aglutinante e de coesão interna das forças armadas, no sentido destacado por Canelo (2009), mas também ganhou apoio de amplos setores da sociedade argentina que, como observava Hugo Vezzetti (2002;

33. Deve-se notar também que, ao desencadear o conflito com a Grã-Bretanha, mantinha-se a hipótese de conflito com o Chile. Portanto, o Exército enviou unidades para a região continental da Patagônia em antecipação às ameaças do governo chileno, que, depois, ofereceu apoio logístico e de inteligência aos britânicos.

34. Marina Franco (2012) adverte sobre o alcance das continuidades históricas estabelecidas entre os recursos repressivos empregados pelos governos do “terceiro peronismo” e do “Processo de Reorganização Nacional”, pois, como argumenta a autora, por um lado, só este último concebeu e aplicou de forma *sui generis* o terrorismo de Estado como um plano sistemático de tortura e desaparecimento forçado de pessoas em grande escala em centros clandestinos de repressão. E, por outro lado, porque a comparação entre um e outro período não pode se restringir exclusivamente à análise social da questão da violência política.

2009), mudaram sua opinião sobre o recurso legítimo à violência estatal por volta de 1973, conforme foi alcançado o objetivo do regresso de Perón ao país e ocorreu o fim do banimento do peronismo, os cidadãos elegeram os presidentes Héctor Cámpora e Juan Domingo Perón e, em suma, nesse novo cenário, o Estado nacional recorria à repressão legal policial ou militar sobre organizações revolucionárias que continuavam efetuando ações político-militares “ilegais” contra governos democráticos.

O Exército argentino na transição à democracia: 1983-1990

Na Argentina, as características de transição por colapso, conforme a expressão de Guillermo O'Donnell [1986] (1994), do regime autoritário do “Processo de Reorganização Nacional” ao governo democrático, determinaram uma forte desvalorização do reconhecimento social construído pelas forças armadas argentinas em amplos setores da liderança política e da sociedade argentina. À crise econômica e social, que eclodiu durante o governo de fato do tenente-general Roberto Eduardo Viola em 1981, e a derrota na Guerra das Malvinas em 1982, somou-se um ativismo renovado dos partidos políticos, mobilizações populares e o triunfo nas eleições presidenciais de outubro de 1983 do candidato da União Cívica Radical, Raúl Alfonsín, que a poucos dias de assumir o cargo, em dezembro daquele ano, enviou ao Congresso Nacional um projeto de revogação da lei-decreto de Pacificação Nacional promulgada pelo governo do tenente-general Reynaldo Bignone.³⁵ Desse modo, frustraram-se as tentativas castrenses de negociar a “transição democrática” e obter uma “anistia” – mediante a mencionada lei – pela ação repressiva e, mais amplamente, obter o reconhecimento social e político na “luta contra a subversão” (Acuña & Smulovitz, 1995).

Os julgamentos dos responsáveis pelos crimes contra a humanidade cometidos durante o “Processo” foram realizados desde o início do governo Alfonsín. O alcance das responsabilidades por aqueles crimes era uma questão sobre a qual não havia consenso. Alfonsín propôs que fossem julgados os responsáveis máximos, excluindo aqueles militares que não estavam no topo da cadeia de comando e, portanto, tinham

35. Diferente de Raúl Alfonsín, o candidato derrotado à presidência pelo Partido Justicialista, Italo Argentino Luder, havia se mostrado a favor de manter a vigência da Lei de Pacificação Nacional, promulgada pelo governo de fato de Bignone em setembro de 1983. Essa lei procurava extinguir as responsabilidades penais de atos e delitos cometidos com motivação ou finalidade de “prevenir, conjurar ou pôr fim” às ações “terroristas” ou “subversivas” entre 25 de maio de 1973 e 17 de junho de 1982.

cumprido ordens. Entretanto, no movimento de direitos humanos e em outros setores da liderança política e da sociedade prevalecia a ideia de julgar todos os militares envolvidos em crimes contra a humanidade, independentemente de sua posição na hierarquia das forças armadas.

Em 1985, a Câmara Nacional de Apelação no Núcleo Criminal e Correccional da Capital Federal julgou os comandantes em chefe das forças armadas que encabeçaram os três primeiros governos do “Processo”.³⁶ Cinco foram condenados e quatro absolvidos. Foi um fato inédito na história argentina, pois uma corte civil condenou os principais responsáveis por crimes contra a humanidade cometidos por governos ditatoriais.

Ao mesmo tempo, a abertura de inúmeros processos contra outros oficiais e suboficiais das forças armadas acusados de cometer crimes similares, mesmo estando abaixo da cadeia de comando, provocou mal-estar entre os quadros militares, tanto entre aqueles que eram alvos da acusação como entre outros camaradas que não estiveram envolvidos diretamente na repressão ilegal, mas reconheciam a legitimidade do comportamento de seus pares no cumprimento de ordens. Para atenuar essa situação conflituosa e levando em conta a posição política sustentada na campanha eleitoral, Alfonsín impulsionou as denominadas leis do Ponto Final e da Obediência Devida. Ambas as leis foram aprovadas no Congresso Nacional em 1986 e 1987, respectivamente, com o apoio principal do bloco oficialista da União Cívica Radical e a rejeição de partidos opositores, entre os quais estava o Partido Justicialista e os movimentos de direitos humanos (López, 1994; López & Pion-Berlin, 1996; Battaglini, 2010). Não obstante, o conflito interno nas forças armadas, em especial no Exército, já havia sido superado, dando lugar aos “levantes *carapintadas*”.³⁷

Denominaram-se *carapintadas* os oficiais e suboficiais do Exército argentino que participaram das rebeliões ou levantos militares entre abril de 1987 e dezembro de 1990, pois apresentavam-se publicamente mascarados com betume e vestidos com uniformes de combate, identificando-se como *combatientes* e *malvineros*, procurando diferenciar-se dos militares que respondiam, segundo eles, ao mando do “generalato politiquero”, “burocrata”, “de escritório” e “ineficiente”. Esses movimentos castrenses expressaram uma profunda crise profissional que se iniciou logo após a derrota na Guerra das Malvinas (1982), continuou com a debacle política do governo do “Processo” e apro-

36. Anteriormente, poucos dias após de tomar posse, Alfonsín havia impulsionado, por meio de uma lei enviada ao Congresso Nacional, a reforma do Código de Justiça Militar.

37. Nos parágrafos seguintes sigo a análise dos levantos *carapintadas* realizada pelos estudos clássicos de López (1988) e Saín (1994), bem como um trabalho de Pucciarelli (2006) e outro de minha autoria (Soprano, 2014a).

fundou-se com o julgamento, já no período democrático, dos militares envolvidos em crimes contra a humanidade.

Tais eventos colocam em destaque o surgimento de novas lideranças militares, a ponderação de perfis profissionais e modelos organizacionais castrenses mais operacionais, bem como a pretensão de reposicionar as forças armadas enquanto instituição com poder político e corporativo no Estado e na sociedade argentina. Ademais, evidenciaram um corte horizontal do Exército em dois grandes segmentos. Por um lado, o general de Estado-Maior e os oficiais superiores (generais e coronéis) e, por outro, um grande segmento de oficiais chefes e subalternos e de suboficiais. Essa clivagem imprimiu ao conflito uma dinâmica interna original que se distinguiu das ocorridas nas décadas precedentes, quando as forças armadas se dividiram verticalmente por alinhamentos políticos – peronistas *versus* antiperonistas, *azules versus colorados* – ou por rivalidades corporativas entre as armas do Exército e/ou disputas entre instituições das forças armadas.

Embora os *carapintadas* fossem uma minoria, suas reivindicações chegaram a compreender as demandas da maioria dos oficiais e suboficiais, que, em suma, os apoiaram ao se declarar independentes na sedição e descumprirem as ordens de reprimi-los transmitidas pelo governo nacional de Raúl Alfonsín. Conseqüentemente, o comportamento dos *carapintadas* e desses outros camaradas expressavam uma profunda quebra na disciplina e na cadeia de comando. Esse estado de insurgência permanente no Exército não foi somente um poderoso fator de instabilidade política no incipiente sistema democrático, mas também uma evidência do estado de degradação organizacional, funcional e da coesão moral do Exército.

A eclosão da luta foi precedida por um conflito surgido em fevereiro de 1987, quando o capitão Ernesto Mones Ruiz, acusado por delitos não amparados pela Lei do Ponto Final, foi chamado para depor na Câmara Federal de Córdoba. Mones Ruiz e outro acusado, o major Ernesto Barreiro, declararam à imprensa que, durante a “guerra contra a subversão”, limitaram-se “expressamente a cumprir ordens, sem fugir jamais do combate ao inimigo da nação”, e que, por isso, os processos a que eram submetidos afetavam “a dignidade e a honra das forças armadas”. Essas afirmações gozavam de um amplo respaldo castrense. Oficiais e suboficiais entendiam que os generais não defendiam publicamente seus subordinados quando eram intimados pela justiça a prestar contas por suas ações ao longo do “Processo”.

O primeiro levante ocorreu às vésperas da Semana Santa de 1987, quando o major Barreiro, um dos intimados pela justiça, resistiu à ordem de detenção no Regimento de Infantaria Aerotransportada 14, de Córdoba, contando com o apoio do chefe e do pessoal dessa unidade. Quem tomou a frente do movimento *carapintada* foi o tenente-coronel Aldo

Rico, que não tinha acusações por crimes contra a humanidade e que, como veterano da Guerra das Malvinas, possuía um reconhecido prestígio por seu desempenho na Companhia de Comandos 602. Naquele momento, Rico era chefe do Regimento de Infantaria 18, de San Javier, na província de Missões.

Em torno de sua liderança, levantaram-se outras unidades que reivindicavam à direção do Exército e ao presidente da nação uma “solução política”, uma “anistia”, que colocasse fim ao julgamento de militares, ainda que se tratasse de uma opção “ignominiosa”, pois, diziam, tinha-se travado uma “guerra justa e necessária”. Argumentavam que sua ação, a qual denominaram Operativo Dignidad, não era “golpista”, mas sim que buscava resolver uma questão interna do Exército. Por sua vez, o chefe do Estado-Maior, o general de divisão Héctor Ríos Ereñú, estava à frente das tropas denominadas leais, e defendia com fundamentos similares a “luta contra a subversão”, apesar de, dizia, ter escolhido o caminho da “batalha legal”, ou seja, oferecer assistência jurídica do Exército a todos os oficiais e suboficiais intimados pela justiça. Essa alternativa do generalato, entretanto, era inadmissível para os *carapintadas*, e não era compartilhada pela maioria do Exército.

A solução para a crise política e militar só foi temporariamente alcançada pela intervenção direta do presidente Alfonsín, que negociou com os rebeldes as condições de sua rendição. No entanto, o problema subjacente estava longe de ser resolvido e seu governo teve que enfrentar outros dois motins. Um desencadeado em 16 de janeiro de 1988, liderado por Rico e com o epicentro em Monte Caseros, província de Corrientes, e outro em dezembro de 1988, em uma unidade militar de Villa Martelli no subúrbio da província de Buenos Aires, liderado pelo coronel Mohamed Alí Seineldín. A partir dessa unidade militar, Seineldín fez uma proclamação a oficiais e suboficiais do Exército manifestando que se levantava em armas contra o comando da força “com o objetivo de recuperar definitivamente a honra e o papel histórico do Exército”.

Não obstante, nessas duas oportunidades uma importante demanda dos *carapintadas* já havia sido contemplada pelo poder político: a Lei de Obediência Devida limitava aos quadros superiores a responsabilidade na chamada “guerra suja”. Provavelmente por isso, nessa ocasião, a balança inclinou-se a favor dos generais chamados “liberais”, que, por outro lado, buscaram levar o crédito pela aprovação da lei, fazendo valer dessa vez o não envolvimento ou passividade dos militares “profissionais” em seu benefício próprio. Por outro lado, delinearam uma política ofensiva para limitar o poder dos *carapintadas* no Exército. Cabe destacar também que nesses dois levantes os protagonistas foram de forma quase exclusiva os líderes dos rebeldes e do

comando do Exército, deixando o governo nacional e a liderança partidária fora das negociações e acordos alcançados.

O último levante, de 1990, foi conduzido por Seineldín, poucos meses antes do início do governo constitucional de Carlos Saúl Menem. Durante a campanha eleitoral e antes de assumir a presidência, Menem e dirigentes de sua confiança desenvolveram uma política militar de duas vias. Por um lado, estabeleceram um estreito diálogo com os líderes *carapintadas* e com o próprio Seineldín e, por outro, possibilitaram o diálogo com o Estado-Maior Geral do Exército. Ambas as partes procuravam fazer valer seus interesses na agenda do novo governo nacional.

Já como presidente, Menem promulgou três decretos que satisfaziam demandas sensíveis das forças armadas: indulto aos militares que não foram beneficiados pelas leis do Ponto Final e de Obediência Devida, àqueles que participaram dos três levantes *carapintadas* e aos comandantes responsáveis pela Guerra das Malvinas. Ao mesmo tempo, decidiu dar seu apoio ao comando do Exército, o que fez que os *carapintadas* se considerassem traídos. Em 3 de dezembro de 1990 ocorreu uma nova rebelião, na qual se destacou a participação ativa não somente de oficiais chefes e subalternos, mas também de muitos suboficiais. Este foi o mais violento dos levantes (14 pessoas morreram, entre elas 5 civis, e cerca de 50 ficaram feridas). E o foi porque, nessa ocasião, o presidente da nação e o Estado-Maior Geral fecharam qualquer possibilidade de negociação com os rebeldes. Menem havia declarado que desejava a rendição incondicional dos sublevados. Como resultado dessa derrota definitiva no Exército, foram presos e processados 53 oficiais e 745 suboficiais.

Desde o fim dos “levantes *carapintadas*” até o presente, os militares argentinos se subordinaram ao poder civil. Se tais acontecimentos foram aqui tratados com relativo detalhe, é porque essas rebeliões expressaram o fim de um ciclo, representado pela associação naturalizada entre nação e Exército por parte dos militares e de amplos setores da liderança política e da sociedade argentina. Por conseguinte, a possibilidade de reconhecerem-se e serem reconhecidos como um grupo quase étnico ou étnico-nacional, tal como observamos para o período compreendido entre as décadas de 1930 e 1980, entrou em colapso. E, ainda que seja factível encontrar desde então invocações públicas de representação como “reserva moral da nação” entre alguns atores castrenses e em setores políticos e civis restritos, certamente as mesmas não gozam do notável prestígio que alcançaram em décadas anteriores entre os próprios militares e ainda menos na liderança política e na sociedade argentina.³⁸

38. Para uma pesquisa etnográfica sobre as percepções militares acerca do reconhecimento do governo e da sociedade em relação às forças armadas, ver Frederic, Masson & Soprano (2015).

De reserva moral da nação a cidadãos (desvalorizados), funcionários públicos e profissionais da defesa: 1990-2013

A partir de 1990, os militares que decidiram participar abertamente da política o fizeram deixando as forças armadas, ou seja, como reformados e fazendo uso dos direitos e deveres concedidos a qualquer cidadão de se organizar em partidos políticos e postular cargos públicos. Tais foram, entre outras, as trajetórias de Roberto Ulloa, Domingo Bussi e Aldo Rico nas províncias de Salta, Tucumán e Buenos Aires (Lacoste, 1993; Adrogué, 1993; Crenzel, 1998; 1999; Isla, 2000). Entretanto, não se deve desconsiderar o fato de que a opção política de alguns cidadãos a favor desses candidatos deixaria patente o peso de ideias e valores vinculados à tradicional representação das virtudes morais militares condensadas naquela noção de “reserva moral da nação”.

Outra mudança decisiva introduzida pela democracia foi o abandono da doutrina de segurança nacional. Entre 1988 e 2001, os dirigentes dos partidos políticos estabeleceram uma clara distinção entre políticas de defesa nacional, das quais os militares seriam instrumento, e políticas de segurança interna, a cargo das forças de segurança federais e provinciais. Essa clara diferenciação se modelou, por um amplo consenso, nas leis de Defesa Nacional (1988), Segurança Interna (1991) e Inteligência Nacional (2001).³⁹ Nesse contexto, a missão das forças armadas foi concebida para repelir “agressões de origem externa” de forças regulares de outros países. Entretanto, apesar desse sólido consenso, em repetidas ocasiões setores da liderança política e do comando castrense promoveram iniciativas frustradas, pelo menos até o momento da elaboração deste artigo, com a pretensão de modificar essas orientações, atribuindo aos militares tarefas de segurança pública relacionadas com as chamadas novas ameaças, como o combate ao terrorismo, narcotráfico e crime organizado transnacional, ou ainda atuando em catástrofes naturais, migrações e pobreza (Saín, 2000; López, 2001; Canelo, 2010a). O mesmo ocorreu com a atribuição de funções de desenvolvimento para atender necessidades e demandas econômicas, sociais e culturais da população civil e, ainda, de caráter educativo para que “jovens em situação de risco social aprendam ofícios nos quartéis”, ou ainda em tarefas de “apoio logístico” na segurança previstas, ainda que de modo restrito, na Lei de Defesa Nacional.

As mudanças socioeconômicas, políticas e ideológicas ocorridas durante a presidência de Menem impactaram também as forças armadas.

39. Para uma análise do *corpus* jurídico que definiu as missões e funções das forças armadas na democracia, consultar Ugarte (2005), Dapena (2007) e Montenegro (2007; 2008).

As políticas de ajuste e reestruturação estatal redundaram em uma redução de recursos humanos e orçamentários e no fechamento de unidades em diferentes localidades (Canelo, 2011). Em consonância com o processo de redução drástica do poder castrense e de desmilitarização da sociedade iniciada com a transição à democracia da década de 1980, as políticas neoliberais de reestruturação e reforma do Estado, implantadas ao longo da década de 1990 e, particularmente, o assassinato do soldado Omar Carrasco em uma unidade militar do Exército, em 1994, levaram à suspensão da Lei de Serviço Militar Obrigatório (vigente desde 1901) e à aprovação de uma nova Lei de Serviço Militar Voluntário que incorporou, desde então, soldados profissionais de ambos os sexos às forças armadas (Lafferriere & Soprano, 2014).

Assim, desde 1990 até o presente, o recrutamento de soldados voluntários, a incorporação plena das mulheres como oficiais, suboficiais e soldados em unidades de combate, a supressão do Código de Justiça Militar, e a reforma e incorporação da educação militar ao sistema de educação universitário nacional, implicaram importantes mudanças nas experiências e percepções dos militares sobre si mesmos e sobre as forças armadas, assim como de suas relações com a sociedade. Um novo processo de modernização e profissionalização militar estava sendo colocado em marcha.⁴⁰ Do mesmo modo, os cenários internacionais de cooperação e integração regional no Mercosul e as mudanças introduzidas pelo fim da Guerra Fria tiveram por correlato uma participação ativa dos militares argentinos em operações conjuntas com forças armadas de outros países e a participação em missões de paz e de ajuda humanitária.

Em 25 de abril de 1995, o tenente-general Martín Balza, chefe do Estado-Maior do Exército entre 1991 e 1999, também veterano da Guerra das Malvinas, fez uma declaração pública de enorme repercussão interna nas forças armadas, nas lideranças políticas e na sociedade quando defendeu o “nunca más a la política” dos militares. Afirmou que as incursões castrenses em funções civis de Estado, a interrupção da ordem constitucional e o emprego de “métodos aberrantes” para combater a subversão fizeram parte dos erros de “um passado que queríamos não ter vivido”.⁴¹

40. Sobre o processo de mudança de soldados alistados para soldados voluntários, ver Lafferriere & Soprano (2014). Sobre a incorporação das mulheres às forças armadas, ver Badaró (2009; 2013), Masson (2010) e Frederic (2013). Sobre a supressão do tribunal militar, ver Soprano (2014a); e para as reformas da educação militar, Badaró (2009; 2013), Frederic, Soprano et al. (2010), Frederic (2013), Soprano (2013; 2014b).

41. Balza também recordou que os civis que apoiaram e pediram que as forças armadas protagonizassem golpes de Estado e outros que participaram de associações ilegais “não estão impedidos” de exercer cargos públicos. Para uma análise sobre a autocrítica do general Balza, ver Mazzei (2004), Canelo (2010b) e Salvi (2012).

A autocrítica de Balza e declarações similares dos chefes de Estado-Maior da Armada e da Força Aérea ocorreram no contexto do debate surgido no Congresso Nacional pela derrogação das leis de Ponto Final e de Obediência Devida.⁴² O pedido de anulação dessas normas tinha como objetivo a reabertura de processos contra militares responsáveis por crimes contra a humanidade. Essas leis foram finalmente derogadas em 2003 pelo Congresso Nacional e, em 2006, a Câmara de Cassação Penal declarou inconstitucionais os indultos presidenciais que beneficiaram os comandantes em chefe da ditadura. A essa altura, os governos de Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner defendiam uma política de direitos humanos sustentada nos princípios de “Verdade, Justiça e Memória”.

Em suma, a ênfase dada, desde a década de 1990, aos processos de modernização e profissionalização militar (processos conflitantes e incompletos) supôs a confirmação do distanciamento das forças armadas das intervenções políticas que caracterizaram suas ações nas décadas anteriores. Afirmaram-se, portanto, publicamente entre os militares da ativa, identidades seculares como cidadãos, funcionários públicos e profissionais com conhecimentos e práticas específicas em matéria de defesa.⁴³ Como nas forças armadas de outros países, tais representações não excluíram invocações de valores morais da profissão, relacionados com as noções de sacrifício, honra, lealdade, disciplina, espírito de corpo e de grupo, próprios de uma corporação estatal ligada a uma atividade que em tempos de guerra, mas também de paz, compromete a vida de quem a exerce em busca de uma “vocação profissional” fincada na defesa do bem-estar de outros cidadãos e da nação.⁴⁴

Apesar dessas mudanças nas concepções sobre as forças armadas e a profissão militar, seu reconhecimento social em diversos setores da socie-

42. Na década de 1990, pelo contrário, foram muito ativos publicamente militares reformados que, através do Círculo Militar, da União de Promoções e outros agrupamentos castrenses reivindicavam a “luta contra a subversão”. As repercussões das declarações da autocrítica do tenente-general Balza foram amplamente contestadas por esses grupos, chegando-se inclusive a expulsá-lo do Círculo Militar. No início do século XXI, como mostra Salvi (2012), existem grupos de militares na reserva e setores minoritários da sociedade argentina que defendem publicamente a ação repressiva das forças armadas na década de 1970. Como os militares em atividade são proibidos de expor publicamente opiniões consideradas como “políticas”, não se têm feito estudos que permitam identificar de forma mais sistemática e com maior precisão qual é o alcance e reconhecimento dessas concepções entre oficiais e suboficiais em atividade.

43. É importante destacar que a inscrição na agenda pública dessas identidades seculares foi promovida pelas políticas do Estado nacional, especialmente a partir de 2003 (Frederic, Masson & Soprano, 2015).

44. Uma análise sobre mudanças na profissão militar no século XXI centrado na Armada argentina encontra-se em Soprano (2014c).

dade argentina permaneceu desvalorizado nessas três décadas de democracia. Para alguns setores, porque associam a instituição com as ações de terrorismo de Estado da última ditadura e suspeitam que concepções autoritárias continuam atuando nela. Outros porque não identificam na carreira militar uma opção profissional economicamente rentável e de prestígio. E alguns porque consideram totalmente desnecessária a existência de forças armadas em um país sem conflitos fronteiriços ou bélicos imediatamente visíveis (nem sequer a presença militar britânica nas ilhas Malvinas seria um problema relevante de defesa para os adeptos desse ponto de vista). Essas perspectivas de modo algum encontram uma expressão unânime na sociedade nacional, pois pessoas de diferentes setores sociais e regionais da Argentina continuaram escolhendo ingressar nas forças armadas para realizar uma vocação, efetuar estudos superiores, desenvolver uma carreira profissional e/ou dispor de uma profissão como oficiais ou suboficiais ou incorporar-se como soldados voluntários.⁴⁵

Considerações finais

A ocupação da Espanha peninsular pelos exércitos franceses de Napoleão Bonaparte e a subsequente crise da ordem colonial hispânica potencializaram as pretensões de emancipação política de amplos setores das elites locais americanas, em particular no Vice-Reino do Rio da Prata a partir da chamada “Revolução de Maio” de 1810, cujo epicentro estava na cidade de Buenos Aires. Desde o início, a possibilidade de sustentar a decisão de constituir um governo soberano dos americanos independente do domínio imperial espanhol ou de outras potências europeias exigiu a conformação de forças militares regulares e milicianas que se empenhariam no esforço da revolução e da guerra de independência.

No entanto, os atores sociais, em especial as elites, que estimularam o processo emancipador no Rio da Prata, não se constituíram numa identidade nacional “argentina”, pois suas referências socioculturais remetiam a identidades locais ancoradas nas cidades nas quais eram *vecinos domiciliados*, tais como *porteños* (Buenos Aires), *cordobeses* (Córdoba), *correntinos* (Corrientes), *salteños* (Salta) etc., e/ou a outras identidades mais abrangentes, como crioulos, americanos ou hispano-americanos. Esse universo de identidades heterogêneas foi bem característico das dificuldades encon-

45. Segundo o *Libro Blanco de la Defensa Nacional Argentina de 2010*, o Exército argentino contava em 2010 com 5.748 oficiais, 21.666 suboficiais e 17.634 soldados voluntários. Ao passo que a Armada dispunha de 2.474 oficiais, 14.545 suboficiais e 1.542 marinheiros voluntários, e a Força Aérea 2.403 oficiais, 10.098 suboficiais e 1.550 soldados voluntários.

tradas pelos protagonistas da história política das primeiras décadas do século XIX para organizar forças militares e governos que superassem o espaço circunscrito das referências e relações sociais das cidades e/ou do território rural contíguo.

O fim da guerra de independência com a derrota das forças espanholas na batalha de Ayacucho em 1824 e os conflitos entre as elites locais do Rio da Prata desencadeados nos primeiros dez anos da emancipação, legaram para a região não somente um cenário de poderes locais e soberanias estatais diversas – o estado de Buenos Aires, o de Santa Fé, o de Córdoba etc. –, mas também sociedades urbanas e rurais com uma militarização que excedia as formas e graus tradicionais de organização associadas às milícias locais. As guerras civis, ocorridas desde a década de 1820 até a consolidação da organização nacional em 1880, também foram produto dessas tensões entre os projetos políticos locais e as disputas pela liderança de modelos de nação federais que preservavam as autonomias contra outros marcadamente centralistas ou presidencialistas. Integrados em exércitos regulares ou milícias, ou guardas nacionais, os setores populares rurais e urbanos envolviam-se nessas lutas político-militares, algumas vezes alistando-se voluntariamente e outras por meios mais coercitivos.

Nesses contextos, é extremamente difícil tentar estabelecer diferenças taxativas entre líderes políticos e militares profissionais ao caracterizar as configurações das organizações militares nos, ou dos, estados provinciais até 1862 e destes últimos e do Estado nacional em seu processo de conformação desde 1862 até o início do século XX. Não existia, portanto, uma carreira militar (nos exércitos regulares ou no Exército nacional) à margem das lealdades e disputas políticas de facções. Os líderes militares e das milícias ou guardas nacionais participavam ativamente das identidades e das relações sociais que definiam a constituição de grupos e de suas clivagens na política e na sociedade.

Para compreender por que esses militares careciam de identidades autônomas em relação a outros grupos da política e da sociedade da época, não constituindo, portanto, um grupo quase étnico nos estados provinciais riopratenses, especialmente durante a primeira metade do século XIX, nem no Estado nacional argentino, já na segunda metade desse século, é preciso reconhecer uma poderosa determinação adicional: a identidade nacional argentina foi um produto sociocultural resultante das políticas de nacionalização das elites e dos setores populares implantadas pelos dirigentes políticos que apostaram na consolidação de um Estado nacional a partir de 1880. Desde então, diferentes concepções e atores debatem-se na definição dos atributos socioculturais legítimos que constituem os sentidos pretensamente homogêneos da “nação argentina”. E, embora

essas diferentes definições se atualizassem ao longo do século XX e no presente, em termos relativos, ou em comparação com outros países, é possível afirmar que o processo de constituição do Estado-nação argentino foi bem-sucedido, uma vez que, atualmente, não existem grupos sociais importantes que disputam no mesmo território identidades étnico-nacionais alternativas.

Contudo, o caráter relativo atribuído à afirmação anterior não deve ser menosprezado, e ainda menos se o colocarmos em relação com nosso problema e objeto de estudo: as culturas militares. Pois, como se pretendeu mostrar neste capítulo, o processo de modernização e profissionalização do Exército argentino nas primeiras três décadas do século XX teve um resultado paradoxal: configurou-se uma autonomia corporativa e política castrense que fundamentou as pretensões de erigir as lideranças das forças armadas como grandes decisores dos destinos políticos do país. E compreenda-se bem qual foi a ruptura histórica introduzida pelo golpe de Estado de 1930: já não se tratava de um acontecimento característico das vontades de alguns atores castrenses que participavam das lealdades e disputas políticas entre facções ou partidárias da política nacional; mas sim de alguns atores sociais que, mesmo quando contaram com aliados civis, começavam a perceber-se como protagonistas exclusivos.

O aprofundamento dessa autonomia política e corporativa desde a década de 1930, somando-se a marca do projeto da “nação católica” e, desde o final da década de 1950, a doutrina de segurança nacional, contribuíram para forjar algumas concepções, entre os militares e em setores da direção política e da sociedade argentina, que representavam as forças armadas como “reserva moral da nação” e os militares como guardiões legítimos de uma pátria ameaçada por inimigos externos ou internos que incorporavam valores e interesses alheios à concepção de nação que sustentavam.

É, então, no extenso período que compreende as décadas de 1930 até o início da década de 1980, com o colapso do “Processo de Reorganização Nacional”, que, entendemos, é factível caracterizar os militares argentinos como um grupo quase étnico ou étnico-nacional.

Essa notável perda de poder político e desvalorização do reconhecimento social das forças armadas em amplos setores da sociedade e da liderança política nacional permite reconhecer que na Argentina do século XXI, onde prevalece a ordem interna e não se visualizam ameaças externas imediatas significativas, a representação das organizações militares como uma “nação dentro da nação” carece de legitimidade até mesmo entre os militares. Nos últimos 25 anos, tem-se visto um processo original de secularização ou de civilização – conforme a expressão de Morris Janowitz – das culturas militares. Com isso, não queremos dizer que essa transfor-

mação reverteu profundamente as entranhadas configurações militares ativas entre as décadas de 1930 a 1980. Em vez disso, entendemos tais transformações como um indicador da historicidade com que se devem compreender as culturas dos grupos sociais em um Estado-nação.